

# NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 19 de maio de 2000

Ano 2 Nº 27

## Combustíveis em SC têm o maior preço do país

*Os donos dos postos não ter de explicar a formação de cartel e o governo do Estado deverá justificar por que está aplicando a alíquota do ICMS sobre o valor de R\$ 1,50 o litro, preço bem acima do que é praticado nas bombas.*



Deputado Goetten, presidente da CPE

Um crime contra o consumidor. A definição é do deputado Nelson Goetten (PPB) ao constatar que os postos de combustíveis de Santa Catarina são os que têm a maior margem de lucro do país. É o que consta na pesquisa encomendada pela Comissão Parlamentar Externa (CPE) ao Ministro das Minas e Energia. Das capitais pesquisadas, a média de lucro é de R\$ 0,10 por litro de gasolina. Já em Florianópolis o lucro pula para R\$ 0,18 por litro de gasolina, empatando com a cidade de Recife.

O presidente da CPE, deputado Goetten, explica que no interior do Estado, onde a gasolina é ainda mais cara,

o lucro dos postos chega a R\$ 0,35. Ele lembra que até 1997, período em que os combustíveis tinham o preço controlado, o lucro dos postos não podia ser superior a R\$ 0,07. De acordo com o parlamentar, os postos em Santa Catarina poderiam praticar o preço de R\$ 1,30 e ainda ter a segunda maior margem de lucro do país.

O deputado garante ainda que os donos de postos de combustíveis não seriam os únicos responsáveis pela alta da gasolina. De acordo com o levantamento, as distribuidoras que atuam no Estado também têm uma margem de lucro abusiva.

Na próxima segunda-feira (22), a CPE promove audiência pública, para a qual estarão convocados todos os setores

envolvidos, os presidentes dos quatro sindicatos varejistas de combustíveis que atuam no Estado, representantes do sindicato das distribuidoras, da Agência Nacional do Petróleo, da Petrobrás e do Conselho de Defesa Econômica, quando se pretende chegar a um acordo. Os órgãos fiscalizadores, Procon, Ministério Público e secretaria da Fazenda do Estado também serão chamados para o encontro. Os donos dos postos vão ter de explicar a formação de cartel e o governo do Estado deverá justificar por que está aplicando a alíquota do ICMS sobre o valor de R\$ 1,50 o litro, preço bem acima do praticado nas bombas.

Goetten acredita que a partir dessa reunião o preço da gasolina nos postos catarinenses deva cair ainda mais e chegar a R\$ 1,30. "Não há motivo para a absoluta diferença de preços, que oscilam de R\$ 1,32 a R\$ 1,66 no Estado", afirmou.

**Inquérito civil** - Até o momento o Ministério Público já instaurou inquérito civil em nove cidades catarinenses - Criciúma, Joaçaba, Chapecó, São Miguel d' Oeste, Descanso, São Domingos, São Joaquim, Laguna e na Capital, onde os donos de postos deverão explicar os atuais preços dos combustíveis. Caso seja confirmado o abuso no preço, o Ministério Público tem duas alternativas: a redução de forma pacífica em comum acordo com os proprietários de postos ou uma ação civil pública para, através da Justiça, garantir que o consumidor deixe de ser lesado.

*A sessão solene que homenageou os trabalhadores catarinenses marcou a semana na Assembléia. Nesta edição encarte especial sobre a cerimônia*

**População auxilia  
CPI através do  
Disque-denúncia**

## OPINIÃO

## Reforma Política: um compromisso Tucano



Modernidade, desenvolvimento e justiça social só se consegue com estabilidade e democracia. Apesar de todos os problemas (cultura inflacionária, um legado de desigualdades, problemas conjunturais externos como as crises asiáticas e russa, que atrasam o ritmo de recuperação econômica), o Brasil sustenta uma nova etapa de desenvolvimento. Reconhecimento este da maioria dos analistas, que afirmam que já estamos colhendo os bons frutos de um período de sacrifício em busca da estabilidade monetária e fiscal. As taxas de crescimento dão prova disso.

O Estado cumprindo o seu verdadeiro papel - menos envolvido com a atividade econômica e mais concentrado em áreas típicas de governo - contribui para a contenção do déficit público e proporciona avanços importantes na área da saúde e educação.

Porém, de nada adiantam esses avanços se não houver reformas político-institucionais. O povo brasileiro não percebe sua interferência no Estado - estamos falando de Executivo, Legislativo e Judiciário - como um instrumento institucional a seu favor. Muito pelo contrário,

vê-os como máquinas geradoras de benefícios às elites. Este é um grande fator de risco para a democracia. E o pior: esta concepção não é recente, há muito acompanha a sociedade brasileira.

A elite dirigente preocupa-se com tudo que é de interesse imediato. Com isso tornaremos os resultados obtidos apenas um mero capítulo da história, mas nunca alcançaremos a prosperidade.

O sistema político vigente, perverso e falho, torna essa responsabilidade coletiva. Então, devemos tornar possíveis as reformas democráticas, tornando o exercício do poder político mais próximo do cidadão comum.

A resposta a este fator conjuntural é uma ampla reforma política, com maior responsabilidade dos partidos políticos, com transparência de mandatos, diminuição do número de siglas e o fim das legendas de ocasião e outros fatores que enfraquecem os partidos e confundem suas ações. Resgatar a confiança do cidadão implica coibir a corrupção, a ação do poder econômico nas eleições e resgatar a fidelidade partidária. Por isso a Reforma Política é compromisso Tucano.

**Deputado Jorginho Mello(PSDB)**

## Sociedade participa das investigações através da CPI



A CPI do Narcotráfico instalada pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina veio em boa hora, filosoficamente falando. Sempre defendi a participação da sociedade através de segmentos organizados ou de seus parlamentos no combate a esta verdadeira praga que assola o mundo todo, atingindo básica e principalmente, de forma avassaladora a nossa juventude, ceifando vidas, destruindo projetos e aniquilando talentos.

Fico imaginando quantos jovens de talento excepcional que, através de formação acadêmica adequada, chegariam à condição de cientistas, técnicos de 1ª grandeza administradores admiráveis mas que, em função da iniciação e continuidade do uso de drogas pesadas acabam à beira da auto-destruição afetando famílias inteiras que sofrem juntas à procura de solução definitiva para a questão, durante anos às vezes, solução esta nem sempre encontrada.

Se a escalada do tráfico e do uso de entorpecentes continuar na velocidade que tem ocorrido nos últimos anos chegaremos em breve e fatalmente a uma triste e preocupante realidade: os jovens usuários de

drogas de hoje ocuparão cargos e funções de destaque tanto na atividade pública quanto na privada. Assim sendo, correremos o risco da democratização natural do uso de substâncias entorpecentes, pois aquele que foi usuário terá uma visão complacente sobre a questão e assim, se confirmada a minha preocupação teremos dirigentes políticos, executivos, profissionais liberais, empresários, juizes, delegados, promotores, professores, governantes na condição acima descrita, pois ninguém ao se apresentar para ocupar um espaço ou uma função trará na testa a inscrição "sou um dependente ou ex-dependente".

Por isso entendo e defendo a tese de que a CPI em andamento representa, na sua essência, a participação da sociedade na investigação do narcotráfico e do crime organizado em Santa Catarina.

Espero que os objetivos sejam plenamente alcançados, pois a sociedade nos confiou o mandato e devemos exercê-lo na plenitude em defesa da própria sociedade que nos elegeu.

**Deputado João Rosa (PTB)**

**Mesa Diretora:**

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)  
 1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)  
 2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)  
 1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)  
 2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)  
 3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)  
 4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (sem partido)  
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC  
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021  
 imprensa@alesc.sc.gov.br

**Divisão de Imprensa:**

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz  
 Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos  
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974  
 Editoração e Diagramação: Soraia Boabaid  
 Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas  
 Revisão: Margareth Genez  
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychyn, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves  
 Distribuição: Setor de Expedição  
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

## PRESIDÊNCIA

# Mãos anônimas que constróem SC

Vinte trabalhadores das mais variadas profissões e regiões do Estado foram homenageados nesta terça-feira em

(PPB), presidente da Assembléia, que reiterou a concretização do sonho de ver a Casa manifestar a



*Knaesel abre sessão solene*

sessão solene, que contou com a presença de autoridades, parlamentares, colegas de profissão e familiares.

O autor da proposição foi o deputado Gilmar Knaesel

gratidão da sociedade a essas pessoas humildes, sem as quais a vida de todos seria difícil e a prosperidade impossível.

Knaesel lembrou que se



*Colegiado estadual presente à homenagem*

Santa Catarina é considerada uma das unidades da federação com os mais elevados índices de desenvolvimento e qualidade de vida, isto não se deve apenas à competência de governantes e de grandes empreendedores, mas também das mãos anônimas que constróem o Estado, pessoas que dedicam sua vida ao trabalho

e que, em sua maioria, são esquecidas pelas manifestações oficiais.

A escolha dos homenageados foi precedida de um amplo trabalho de consulta feito a sindicatos e federações de trabalhadores e órgãos da administração pública, que indicaram e ajudaram a localizar as pessoas.

## Presidente Knaesel recebe dirigentes do Sinte

O gabinete da presidência da Assembléia Legislativa foi o local de encontro na última terça-feira entre dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores da Educação (Sinte) e a secretária de Educação, Miriam Schlick-mann. Na presença do presidente da Casa, deputado Gilmar Knaesel (PPB) e de líderes do PFL, PMDB, PPB, PDT e PT, a presidente do Sinte, Marta Vanelli, fez uma apresentação de argumentos que, por parte do sindicato, justifica a greve e entregou à Secretária uma lista de reivindicações para o fim da



*Knaesel mantém diálogo com grevistas*

paralisação das aulas, que dura mais de um mês.

Knaesel enfatizou ao comando da greve que a Assembléia, em um sinal de exercício da democracia, continua aberta para ouvir as

reivindicações dos professores, apesar do mal estar causado pelos grevistas na Sessão Comemorativa dos 500 Anos do Descobrimento no último dia 27. A sessão teve de ser suspensa devido a

agressividade dos manifestantes. Convidados de todo o Estado, em sua maioria crianças e adolescentes, que fariam apresentações étnicas, voltaram para casa sem sequer entrar em Plenário.

“A Assembléia mais uma vez abre suas portas para os professores e democraticamente escuta suas reivindicações”, afirmou Gilmar Knaesel. “Esperamos que nunca se repita o que aconteceu em nossa sessão dos 500 anos e que nas próximas manifestações os líderes possam manter o controle, que obviamente perderam naquela ocasião.”

## COMISSÕES

### Besc poderá ter nova CPI

A partir da leitura em Plenário do relatório final da CPI sobre as causas da federalização do Banco do Estado de Santa Catarina, apresentada pelo deputado relator Ronaldo Benedit (PMDB) no último dia 17, deverão ser reacesas as discussões sobre a perda do Banco e, assim, motivar a instalação de nova CPI para a apurar os dados fornecidos pelos balanços da instituição.

Tudo depende da audiência pública convocada pela comissão de Fiscalização e Controle, presidida pelo deputado Jaime Mantelli (PDT), que deverá acontecer na próxima semana, quando comparecerão os contadores do Banco Domingos de Andrade, Valter Ferreira e Jorge Hermes, que assinaram os balanços de 1998 e 1999, publicados em 1º de maio.

Para a audiência seguinte serão convocados mais dois contadores, Jonas Goedert e Lauro Kamers, que se recusaram a assinar os demonstrativos patrimoniais dos balanços.

O relatório, que não aponta nomes de responsáveis pelas possíveis irregularidades, será votado em Plenário no prazo de cinco sessões, conforme determina o Regimento Interno da Assembléia, e, em seguida, será encaminhado ao TC e ministérios públicos federais e estadual.

### Fiscal de Defesa Agropecuária

A Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), solicitou ao Ministro da Casa Civil da Presidência da República e à bancada catarinense no Congresso Nacional urgentes medidas no sentido de ser viabilizada a reestruturação da carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária, nos termos que preconiza o Aviso Ministerial nº 662, de 17 de setembro de 1999. Justifica que esta reestruturação é necessária para a modernização das ações do Ministério da Agricultura, especialmente neste momento em que o setor agrícola é o único que apresenta

### Requerimento para duas CPEs

O deputado Manoel Mota (PMDB) requereu nesta semana a criação de mais duas Comissões Parlamentares Externas. A primeira buscará averiguar a situação dos presídios e das Febens no Estado. "Tendo em vista as constantes rebeliões nas casas de detenção de todo o país, devido ao péssimo tratamento dos detentos, com condições insalubres e superlotação, entendo que cabe aos deputados averiguarem a situação existente em Santa Catarina".

O segundo requerimento, um pouco mais complexo, propõe uma CPE para, no prazo de 90 dias, tratar dos seguintes assuntos: 1- aprovação da política de assistência social para o Estado em consonância com os princípios e dire-

trizes expressos na lei orgânica da assistência social de nº 8.742/93 e a partir das diretrizes do Conselho Estadual de Assistência Social de SC (CEAS/SC); 2 – fortalecimento da política do setor definindo claramente a fonte fixa de financiamento para as ações desta área, aprovando o orçamento de acordo com o plano estadual de assistência social; 3 – democratização das discussões acerca da política de assistência social privilegiando espaços abertos de participação da sociedade civil; 4 – garantia da autonomia dessa Comissão frente aos desmandos do governo federal, respeitadas a Lei nº 8.742/93 – (LOAS) e a Constituição Federal. As propostas dependem de deliberação plenária.

### Projeto de Cesar Souza busca segurança nas estradas

Está tramitando nas comissões técnicas projeto de lei de autoria do deputado César Souza (PFL), que obriga o trânsito de veículos automotores de qualquer categoria com faróis baixos ligados nas rodovias catarinenses durante 24 horas.

De acordo com o parlamentar, seu projeto é inspirado em lei vigente no Rio Grande do Sul. "Esta experiência, no entanto, vem da Suécia e do Canadá, onde esta providência já reduziu em 15% as colisões frontais de veículos e em 20% os atropelamentos, segundo informações da imprensa".



Deputado Cesar Souza

Está provado ainda que o uso dos faróis durante o dia ajuda os pedestres e os motoristas de outros veículos no cálculo da distância, da direção e na noção de velocidade. "Temos convicção de que se esta medida for adotada, Santa Catarina estará, acima de tudo, contribuindo para o salvamento de vidas e bens materiais. Quanto a dúvidas sobre a constitucionalidade da matéria, o próprio órgão que regula o trânsito no país considera a providência de grande valor para a população e não faria nenhuma ação no sentido de sustá-la", justifica.

# ESPECIAL

## Deputados homenageiam trabalhadores catarinenses

**A escolha dos homenageados foi precedida de amplo trabalho de consulta feito a sindicatos e federações de trabalhadores e órgãos da administração pública, que indicaram e ajudaram localizar as pessoas.**

Na sessão solene “Mãos Anônimas que constroem Santa Catarina”, realizada na terça-feira, às 18:30h, o presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), frisou que através dos professores primários André Girardi Netto, de Florianópolis (67 anos), e Orita Amaral (65), os parlamentares estavam reverenciando esses profissionais, mal remunerados, que respondem pelos



*Homenageados*

menores índices de analfabetismo do país. Já os agricultores Antônio Borges (94) e Gracelina Borges (82), de Imbituba, têm a gratidão da população por tirarem da terra o alimento para seus semelhantes. Ao gari Emídio Silveira (57) e à margarida Maria Pereira da Silva (66), ambos da Capital, agradeceu o trabalho de limpeza das cidades. Também agradeceu à atendente de enfermagem Irma Cunha (64), de São Pedro de Alcântara, cuja classe luta sem tréguas para mitigar a dor das pessoas e livrá-las das doenças.

Citando a qualidade de nossos produtos, Knaesel homenageou os metalúrgicos Ivo Grando (66) e Rodolfo Schatz (73), de Joinville. Em nome da segurança pública, compareceu o PM Jaime Franzem (53), de Palhoça. O motorista João da Silva (66), de São José, veio representar os que transportam os catarinenses em todo o nosso território. Os heróicos mineiros tiveram na pessoa de João Rosso (67), de Criciúma, o reconhecimento por buscar a riqueza do

solo. A copeira Joaquina Isidoro (62), de Palhoça, veio representado uma categoria que nos proporciona bem-estar e comodidade. Gilmar destacou ainda o bombeiro José Francisco da Silva (46) por salvar vidas e o patrimônio e o agente

prisional Laci Januário (62), da Capital, por trabalhar na recuperação dos cidadãos que erraram.

O motorista de táxi Manoel Pereira (72) faz parte desse grupo que torna mais fácil a vida em nossas cidades, ficando para o cinegrafista Oridino Brittos (48) a homenagem por levar as notícias com precisão e velocidade.

Finalmente, anunciou o carteiro Silvio Oliveira (62), de Lages, que leva a correspondência que aproxima as pessoas, o

eletricista Vilso Barcelos (51), que corre risco de vida ao levar a energia para todas as atividades do cotidiano e o pescador Pompeo Costa (65), de Florianópolis, que enfrenta as incertezas do mar para buscar o sustento de tantos catarinenses.



*Clima de alegria e descontração final da cerimônia*



*Deputado Caramori e taxista Manoel Vidal*



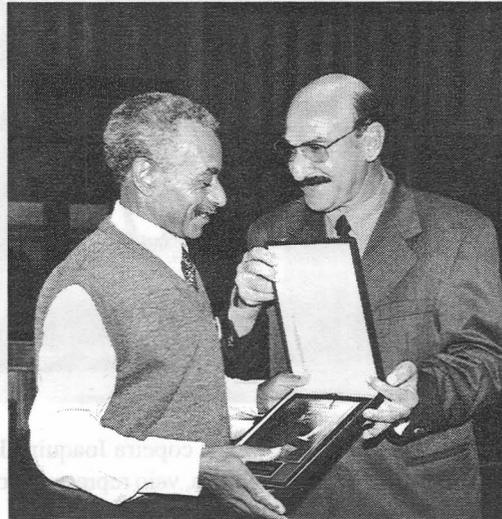
*Deputado João Rosa e agricultora Gracelina Borges*



*Margarida Maria Pereira da*



*Deputado Ponticelli e operário Rodolfo Schatz*



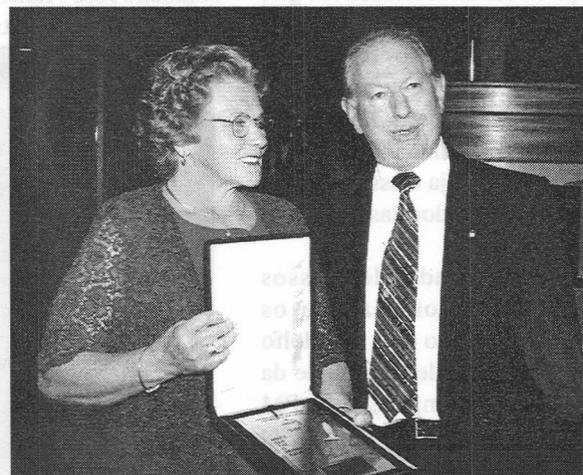
*Deputado Mota e carteiro Sílvio Oliveira*



*Deputado Ranzolin*



*Deputado Comin e cinegrafista Oridino de Brittos*



*Deputado Mantelli e atendente de enfermagem Irma da Cunha*



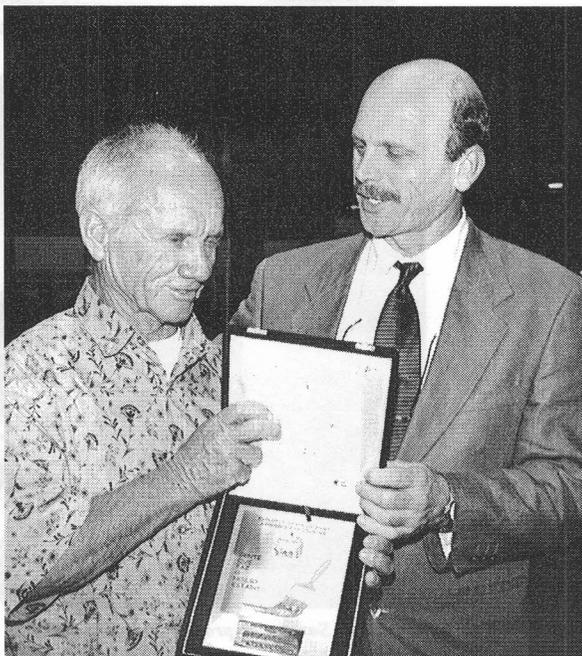
*Deputado Sopelsa e agricultor Antônio Borges*



*Deputado Konell e motorista de ônibus João da Silva*



*metalúrgico Ivo Grando*



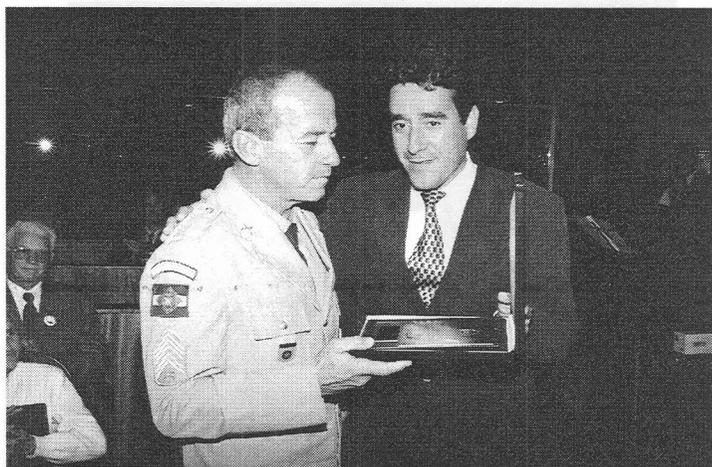
*Deputado Benedett e pescador Pompeu da Costa*



*Funcionário da Linha Viva Vilso Barcelos*



*Deputado Tarzan e copeira Joaquina Isidoro*



*Deputado Assis e segurança interativa Jaime Franzem*



*Deputado Salvaro e mineiro João Rosso*



*Deputado Jaime Duarte e professora Orita Amaral*



*Deputado Jorginho e gari Emídio Jordelino*



*Deputado Saretta e professor André Girardi*



*Deputado Blasi e agente prisional Laci Januário*



*Deputado Goetten e bombeiro José Francisco*

## COMISSÕES

# Comissão quer solucionar problemas da telefonia no Estado

Uma audiência pública realizada nesta quarta-feira pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, presidida pelo deputado Jaime Duarte (PPS), atendendo requerimento do deputado Rogério Mendonça (PMDB), discutiu os problemas da telefonia em Santa Catarina. Além dos parlamentares, compareceram o promotor Fábio Trajano, coordenador de Defesa do Consumidor no Ministério Público; Julceni Soares, coordenador do Procon/SC; João Francisco dos Santos, gerente de mercado, e Alvimar Camacam, gerente comercial, ambos da Telesc.

Desde o início deste ano somente o Procon de Florianópolis já registrou 2.642 reclamações de consumidores que se sentem lesados na cobrança de serviços – a maioria reclama cobrança indevida de pulsos excedentes. As queixas, em sua maioria, já foram encaminhadas ao Ministério Público.

Duarte disse que após a privatização dos serviços de telefonia, o consumidor



*Direitos Humanos discute telefonia*

não tem nenhuma garantia se a cobrança de faturas é ou não devida. “Nós, do Poder Legislativo, temos de fazer o controle desses serviços, já que o governo não faz”, ressaltou.

No próximo dia 23, a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor volta a se reunir com o Procon,

Ministério Público e com o representante da Anatel no Estado. Após essa reunião, será agendada uma visita à Telesc para conhecer como são operacionalizados os serviços de telefonia. O resultado desses dois encontros será debatido de maneira abrangente, numa reunião, sem data definida, na Assembléia Legislativa.

## Disque-denúncia possibilita prisão de traficante

O Disque-Denúncia da CPI que investiga o narcotráfico e o crime organizado em Santa Catarina, presidida pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB), já mostrou que está prestando um grande serviço à Comissão. No dia 18, um telefonema denunciou um ponto de tráfico de drogas no Morro do 25, uma das favelas de Florianópolis.

A força-tarefa da CPI, formada por policiais militares, civis e federais, esteve no local, onde prendeu um traficante maior de idade de nome Juan Diego Correia Gerônimo e três menores. Em poder deles os policiais apreenderam cerca de 150 gramas de maconha, 30 gramas de cocaína, papéletes já prontos para distribuição de cocaína e maconha, R\$ 80,00 em dinheiro, um telefone celular e uma balança de precisão, utilizada para pesar drogas.

Todos foram autuados em flagrante e levados para o Deic – Departamento Especial de Investigações Criminais. Após competente inquérito policial, os

detidos foram conduzidos à cadeia pública da Capital, onde ficarão à espera da decisão da Justiça.

Ainda durante a tarde, um ex-traficante, cujo nome foi mantido em sigilo, participou de uma reunião informal com os integrantes da CPI. Segundo o presidente João Blasi, a comissão vai analisar as informações na próxima segunda-feira e decidir se o ex-traficante volta à CPI, para um depoimento qualificado.

### Denúncias

Até agora o Disque-Denúncia já recebeu mais de 700 telefonemas com acusações diversas, a respeito de tráfico de drogas, roubo de cargas, veículos e caminhões. Todas foram analisadas, e as que apresentavam consistência e possibilidade de obtenção de provas serão investigadas com todo rigor pela força-tarefa. Os depoimentos também estão sendo realizados muitas vezes em caráter reservado, a fim de preservar a identidade das testemunhas, e a dos possíveis acusados sem as respectivas provas.

## União negocia com caminhoneiros

O deputado Manoel Mota (PMDB) esteve ontem em Brasília, onde participou de uma reunião entre os representantes dos caminhoneiros com o governo federal. Mota foi o parlamentar escolhido pela Federação Nacional e pelos sindicatos da categoria para fazer parte de uma Comissão Especial que vai negociar com o governo a pauta de reivindicações apresentada durante a greve, realizada há duas semanas.

A reunião contou com a presença dos ministros dos Transportes, do Trabalho, da Fazenda, da Previdência Social e da Casa Civil. Entre as reivindicações encaminhadas pela categoria constam a definição de um valor para os pedágios, uma tabela de preços por km rodado, a aposentadoria aos 25 anos e o horário de circulação dos caminhões nas rodovias.

## PLENÁRIO

### Jaime Duarte denuncia desvio de verbas

O deputado Jaime Duarte (PPS) denunciou irregularidades no projeto de lei do Executivo que autoriza permuta e doação de imóvel, que se encontra tramitando na Assembléia. Segundo ele, o projeto é inconstitucional porque fere o artigo 170 da Constituição Estadual, por isso encaminhou documentos ao Ministério Público, para que seja realizada uma ampla investigação.

A emenda constitucional prevê que os recursos destinados às fundações educacionais de ensino superior somente poderão ser utilizados para concessão de bolsas de estudo e bolsas de pesquisa destinadas ao pagamento de mensalidades dos alunos carentes.

Para Jaime Duarte, a troca de terrenos

entre o Governo do Estado e o Badesc caracteriza desvio de função de verbas orçamentárias. Pela proposta, o Executivo Estadual doará à Universidade do Alto Vale do Itajaí (Unidavi) um terreno para liquidar os débitos referentes ao artigo 170. "Além de não haver o benefício de bolsa para estudantes, o governo estará transferindo patrimônio em vez de recursos financeiros", alerta.

O projeto diz ainda que o banco receberá um terreno localizado em Florianópolis e o Estado um imóvel em Rio do Sul, onde está instalada a universidade, que será doado à Unidavi pelo Governo, para liquidar os débitos referentes ao artigo 170. O Estado deve à Universidade cerca de R\$ 2 milhões e o terreno em

Florianópolis, que é área de preservação, está avaliado em aproximadamente R\$ 200 mil.

**Campanha** - O deputado denunciou também a existência de um documento do PPB de Rio do Sul convidando os estudantes para uma solenidade no próximo dia 26, quando o Governador Amin fará entrega de bolsas de estudo e assinará a lei que transfere para a Unidavi o terreno do Badesc. Lembrou que a Assembléia nem apreciou o projeto em plenário e já existe um convite caracterizando um ato de lançamento de candidatura. "As bolsas de estudo não podem ser instrumento de campanha eleitoral", afirmou o deputado, acrescentando que o reitor é pré-candidato a prefeito de Rio do Sul.

### Assistência técnica aos produtores rurais

Preocupado com a atual situação de atendimento aos agricultores rurais, o deputado Rogério Mendonça (PMDB) encaminhou indicação ao Governador e ao Secretário da Agricultura solicitando a reposição de técnicos da Epagri em alguns municípios do Estado. "Tenho visitado um grande número de municípios e verificado que, infelizmente, esse trabalho não está sendo desenvolvido. Entendo que o desmonte e a fusão de empresas, a transferência dos serviços, a criação destes e o recente

plano de demissão voluntária, implantado pelo atual governo, contribuíram para esse quadro", afirma.

Considera que a globalização da economia e a estabilização da moeda trouxeram prejuízos à agricultura das pequenas propriedades, salientando que "uma exceção tem sido a produção de cebola, que, graças aos esforços do produtor e da competência de técnicos, consegue manter-se no mercado. Hoje, mais do que nunca, é imprescindível a presença de agentes técnicos no campo".

### Assistência a portadores do HIV

Aprovado o substitutivo global ao projeto do deputado Jaime Duarte (PPS) que garante às pessoas com HIV/Aids assistência farmacêutica integral, eficaz, descentralizada e gratuita do Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe à Secretaria da Saúde estabelecer parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGs), além de garantir distribuição gratuita dos produtos farmacêuticos fornecidos pelo Ministério da Saúde e coordenar programa de capacitação e treinamento de pessoal das ONGs junto ao SUS.

### Anistia de dívidas de produtores rurais

Aprovado projeto de lei de autoria do deputado Gelson Sorgato (PMDB) que concede anistia aos produtores rurais beneficiários em financiamento do antigo Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), com recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). De acordo com o projeto, o Poder Executivo, através do Fundo de Desenvolvimento Rural, assumirá a responsabilidade pelo débitos remanescentes no Banco do Brasil. Prevê que, para o cumprimento do disposto nesta lei o Poder Executivo deverá adotar as formalidades de suplementação necessárias no orçamento do Estado. Na impossibilidade disso, as despesas decorrentes da execução da lei correrão por conta do excesso de arrecadação.

### Soluções para Laurentino

Os deputados Francisco de Assis (PT), Jorginho Mello (PSDB), Nelson Goetten (PPB), Nilson Gonçalves (PFL) e Rogério Mendonça (PMDB) apresentaram moções ao presidente e ao diretor de expansão da Casan apelando para que seja feita a revisão no sistema de distribuição de água em Laurentino.

A situação atual do abastecimento de água do município não é mais compatível com o número de consumidores, pois o reservatório foi construído há 25 anos e com capacidade de atender 300 pessoas, mas atualmente a necessidade é para cerca de 700.

Os equipamentos estão danificados e obsoletos, o que torna o serviço prestado de má qualidade, daí a necessidade da ampliação do reservatório e a troca da tubulação de distribuição, o que vem sendo pleiteado por

aquela comunidade há muito tempo, sem solução.

Existe um fator complicador no caso, uma vez que a comunidade não aceita a solução técnica apresentada pela Casan, que é abastecer a cidade de Laurentino com água dos reservatórios de Rio do Sul. Em ofício circular coletivo da Câmara Municipal de Laurentino, os vereadores esclarecem que o sistema de captação para o município é feito por declividade e que a fonte de fornecimento de água, o Ribeirão Laurentino, é menos poluída que o Rio Itajaí do Sul, que abastece Rio do Sul.

Os vereadores defendem que o atual sistema operacional de Laurentino é mais barato e que não é possível fazer a captação de água via Rio do Sul, haja vista que aquela cidade também sofre com a falta do produto em determinadas áreas.

## Deputados repudiam novo Código Florestal

A ganância e a voracidade de madeireiros e dos grandes fazendeiros não tem levado em conta o delicado equilíbrio ambiental da Floresta Amazônica e do solo brasileiro. A afirmação é do deputado Ronaldo Benedet, líder do PMDB ao criticar a aprovação do novo Código Florestal Brasileiro pela comissão mista do Senado Federal. O novo código prevê a ampliação da área de desmatamento legal em propriedades na floresta amazônica de 20% para 50%.

Na opinião do líder peemedebista, é falso o argumento de que o país necessitaria ampliar suas áreas agricultáveis, como tem defendido a bancada ruralista no Congresso. "Nos últimos anos, o Brasil aumentou a produção agropecuária melhorando a

produtividade e com uma área menor. Se os latifúndios defendidos pelos ruralistas fossem parcelados para reforma agrária, certamente o país aumentaria a produção sem lançar mão da exploração suicida da Amazônia", justifica.

O parlamentar diz não ter dúvidas de que a bancada ruralista condicionou a votação do novo salário mínimo à aprovação do código florestal no Senado.

**Mensagem** - A aprovação do relatório repercutiu muito mal na Assembléia, tanto que os deputados Jaime Duarte (PPS) e Valmir Comin (PPB) encaminharam mensagens aos deputados e senadores catarinenses em Brasília, solicitando que votem contra a Medida Provisória nº 1956-48, que institui o novo Código Florestal brasileiro.

## Prodec e Fadesc na ordem do dia

A partir da próxima semana deverá ser votado o projeto governamental que altera a Lei nº 11.345, de 17 de janeiro de 2000, que dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Prodec) e o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Empresa catarinense (Fadesc).

As alterações dizem respeito aos incentivos a empreendimentos dos setores têxtil, agroindustrial ou siderúrgico, que passam a ter prazo para fruição dos incentivos e que poderá ser de até 200 meses, contados a partir do início das operações do empreendimento, incentivado com juros de até 6% ao ano.

Tratando-se de incentivos a empresas do setor automotivo ou siderúrgico, o prazo de carência para o início da amortização poderá ser de até 120 meses, devendo cada parcela liberada ser quitada ao final do prazo de carência, caso em que o incentivo poderá ser concedido num montante superior ao limite previsto, desde que não ultrapasse o equivalente a 12% do faturamento bruto da empresa, apurado mensalmente na venda de produtos fabricados ou importados pelo Estado com destino ao mercado interno.

## Proposições

**Deputado Adelor Vieira** (sem partido) ao Secretário da Saúde, solicitando a compra de mais um aparelho de radioterapia para atender Joinville, onde existe somente um aparelho, sendo insuficiente para atender a demanda.

**Deputado Gelson Sorgato** (PMDB) ao Governador, pedindo a construção de uma galeria de escoamento de águas no município de Bom Jesus.

**Deputado Valmir Comin** (PPB) ao Presidente da Telesc, solicitando que as contas telefônicas sejam impressas de maneira clara e inteligível.

**Deputado Clésio Salvaro** (PFL) ao Superintendente do Incria no Estado, requerendo a instalação de um escritório do órgão em Içara, objetivando a operacionalização do sistema nacional de cadastro rural naquela comunidade.

**Deputado Nelson Goetten** (PPB) ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando providências para asfaltar a rua principal de Taiozinho, em Rio do Campo.

**Deputado Gelson Sorgato** (PMDB) ao Governador, indagando sobre os recursos destinados ao Projeto Florestal de Geração de Trabalho e Renda, previsão de atendimento ou disponibilidade e relação dos beneficiados.

**Deputado Herneus de Nadal** (PMDB) ao Secretário da Agricultura, indagando quais os municípios contemplados com os recursos do Fundo de Terras e quais as pessoas beneficiadas.

**Deputado Adelor Vieira** (sem partido) ao Presidente da Telesc, solicitando a instalação de um telefone público em frente à Eletrônica Borges, sito na Rua Bento Gonçalves nº 1939, em Monte Castelo.

**Deputado Rogério Mendonça** (PMDB) ao Tribunal de Justiça, parabenizando-o pelo anúncio da criação dos Juizados da Cidadania.

**Deputado Reno Caramori** (PPB) ao Governador do Estado e ao Secretário da Fazenda, solicitando medidas para assegurar junto ao Prodec os empreendimentos voltados à cultura da maçã.

**Deputado Gelson Sorgato** (PMDB) ao Governador pedindo auxílio à IV Feira Artesanato, Indústria e Comércio, a ser realizada no Parque da Fesoja, em Campo Erê.

**Deputado Adelor Vieira** (sem partido) ao Governador, solicitando que seja enviado à Assembléia projeto de lei instituindo programa de refinanciamento dos débitos tributários das grandes, médias e microempresas.

**Deputado Romildo Titon** (PMDB) ao Governador, requerendo a inclusão de Tangará no Prodetur, objetivando dar continuidade aos trabalhos de estudo de exploração do poço perfurado pela Petrobrás, no qual evidenciou-se a existência de águas termais.

**Deputado Francisco de Assis** (PT) ao Presidente da Celesc, indagando os nomes dos cem maiores devedores da empresa, o valor total da dívida de cada um e quais as providências que estão sendo tomadas para a efetivação da cobrança da mesma.

**Deputado Gelson Sorgato** (PMDB) ao Governador, indagando o motivo da interrupção parcial dos serviços de radioterapia vinculados ao SUS, quais os hospitais que tiveram sustadas as aplicações e se existe previsão para o restabelecimento do atendimento.

**Deputado Rogério Mendonça** (PMDB) ao Ministro da Agricultura e à Bancada Catarinense no Congresso Nacional, solicitando medidas urgentes para a renegociação das dívidas dos agricultores catarinenses, mediante critérios suportáveis para a classe.

**Deputado César Souza** (PFL) ao Secretário da Saúde, solicitando providências no sentido de implantar um Setor de Neurologia no Hospital Regional de São José.

## GERAL

## Sessão solene comemora Dia do Assistente Social

Profissionais e estudantes de diversas regiões do Estado lotaram as galerias do plenário nesta segunda-feira na sessão solene que homenageou o Dia do Assistente Social, uma proposição do deputado Manoel Mota (PMDB). O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Gilmar Knaesel (PPB), parabenizou a categoria por lutar pela justiça social, ressaltando que a exclusão atinge parcela significativa da população brasileira. O parlamentar frisou que espera que a sessão sirva para motivar catarinenses e brasileiros no combate à miséria, discriminação e ganância. A secretária da Família, Marli Nassif, declarou que as políticas públicas de serviço social são um dever do Estado e um direito do cidadão, alertando que não há desenvolvimento econômico sem desenvolvimento



Assistentes sociais compareceram em grande número

social, com toda a população tendo direito ao consumo.

Falando em nome dos reitores da Unisul, Furb, Universidade do Contestado, Unoesc e UFSC, da qual é reitor, Rodolfo Pinto da Luz

afirmou que a pesquisa e as atividades num ambiente universitário preparam profissionais qualificados, informando que em 2001 a UFSC vai criar o primeiro mestrado em Serviço Social no Estado. Repre-

sentando o Conselho Federal da classe, Carla Rosane fez a defesa das políticas públicas e condenou o neoliberalismo por produzir a miséria no país. Sua opinião foi compartilhada por Edi Mota, do Conselho Regional de Serviço Social, que criticou o governo federal por alterar o sistema previdenciário público com intenção de privatizá-lo. Ela lamentou os tímidos recursos públicos empregados no Brasil em prol do Sistema Único de Saúde (SUS) e de crianças, adolescentes, idosos, mulheres vítimas de violência, comunidade carcerária, trabalhadores sem terra e pessoas portadoras de deficiência física, entre outros.

## Projeto da Santur

No próximo dia 23, às 11 horas, durante reunião da Comissão de Turismo, presidida pelo deputado Francisco de Assis (PT), o diretor de Planejamento e Marketing Turístico da Santur, José Arcino Silva, apresenta aos deputados informações sobre o Prodetur – Projeto de Desenvolvimento Turístico para Santa Catarina, além de outros trabalhos a serem desenvolvidos pela Santur no Estado.

No início do mês Assis já esteve reunido com o diretor da Santur, quando discutiram assuntos como a importância do turismo e o seu crescimento de maneira extremamente veloz em todo o mundo, a garantia do crescimento econômico-social das mais diversas regiões, a expansão do mercado de trabalho e a geração de novos empregos.

## Agenda

**Dia 22**, às 10 horas – Reunião de trabalho da CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado

Local: Sala das Comissões

**Dia 22**, às 14 horas – Reunião da CPE dos Combustíveis

Local: Sala das Comissões

**Dia 24**, às 10 horas – Comissão de Turismo promove debate sobre turismo em SC

Local: Sala das comissões

**Dia 24**, às 18 horas – Audiência pública da Comissão de Trabalho sobre recursos hídricos no norte da Ilha.

Local: Plenarinho

**Dia 24**, às 18h30min – Sessão solene em comemoração ao cinquentenário da Fiesc

Local: Plenário

**Dia 24**, às 20 horas - Lançamento do livro “Florianópolis de Todos”, organizado por Sérgio Grandó

Local: Hall da Assembléia

**Dia 25**, às 9 horas – Audiência pública da Comissão de Agricultura com o tema “A pequena agroindústria rural e pesqueira”.

Local: Plenarinho

**Dia 25**, às 11 horas – Reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, com depoimento dos contadores responsáveis pelos balanços 98/99 do Besc

Local: Sala das Comissões